



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM  
PODER LEGISLATIVO  
Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001.  
CEP. 68.030.290 - SANTARÉM-PARÁ

**2ª COMISSÃO PERMANENTE**  
**Finanças, Contas, Constituição, Justiça e Redação**

**Projeto de Lei de Autoria:** Vereador Mano Dadai – PSB

**EMENTA:** *INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM O “TRILHÃO DE MOTOS CABRU”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

**1. RELATÓRIO**

Vem a esta **2ª Comissão Permanente de Finanças, Contas, Constituição, Justiça e Redação**, através da Mesa Diretora, para análise e emissão de parecer acerca da legalidade de **Projeto de Lei/Processo nº 1724/2025** de autoria do **Vereador Mano Dadai**, que insere no Calendário de Eventos do Município o evento denominado *Trilhão de Motos Cabru*, realizado anualmente na terceira semana do mês de maio, geralmente aos sábados e domingos.

Na justificativa, em síntese, o nobre legislador ressalta a importância da prática desportiva para o cenário competitivo local.

É o sucinto relatório.

**2. PARECER DO RELATOR**

**2.1-** A proposta não parece encontrar óbices, pois é competência da Municipalidade legislar sobre assuntos de interesse local, bem como de modo suplementar, nos termos da Carta Federal (art. 30, I e II, CF/88)<sup>1</sup>. A norma local, aliás, não impõe reserva de iniciativa para matérias análogas, o que denota a competência comum para a elaboração de projetos com esse teor.

**2.2-** Quanto à questão da iniciativa parlamentar da proposta, frise-se que não há impedimento algum a que datas comemorativas sejam informadas por objetivos ou princípios, contanto que não obriguem, de forma imprópria, o Poder Executivo, traduzindo-se como meras inspirações e diretrizes do evento.

**2.3-** Logo, desde que a propositura em tela não enseje modificações ou inovações na estrutura da Administração, e tampouco adentre em pormenores relativos à execução dessas ações, inexistirá vício de iniciativa.

**2.4-** De outro mote, a Lei Orgânica direciona a atuação da Municipalidade a valorizar o desporto (arts. 7º, XIV; 119; 121, LOM)<sup>2</sup>, preceito que guarda simetria com as Constituições Federal

---

<sup>1</sup> CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

<sup>2</sup> LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Art. 7º No exercício de sua autonomia, ao Município compete, especificamente:

XIV - realizar programas de apoio às práticas desportivas;

[...]

Art. 119. Cabe ao Município apoiar e incrementar a práticas desportivas na comunidade.

Parágrafo único O Desporto Municipal será supervisionado pela Secretaria Municipal pertinente.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM  
PODER LEGISLATIVO  
Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001.  
CEP. 68.030.290 - SANTARÉM-PARÁ

(art. 217, II e IV, CF/88)<sup>3</sup> e Estadual (arts. 17, IX; 288, I, CE/PA)<sup>4</sup>, que também estabelecem o dever estatal de incentivo ao esporte.

**2.5-** Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está apto a ser **aprovado** por esta **2ª COMISSÃO PERMANENTE**, vez que a matéria se mostra de interesse geral e inexistente óbice que inviabilize sua aprovação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Gabinete do Ver. Elielton Lira, em 30 de abril de 2025.

**Ver. ELIELTON LIRA – PDT**  
Relator

[...]

Art. 121. Fica o Município obrigado a executar as disposições inseridas nos artigos 217, da Constituição Federal, e 288, da Constituição Estadual, alusivas à práticas dos desportos.

### <sup>3</sup> CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:  
II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;  
IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

### <sup>4</sup> CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

Art. 17. É competência comum do Estado e dos Municípios, com a União:  
IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação; [sic]

[...]

Art. 288. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados os preceitos do artigo 217 da Constituição Federal e mais os seguintes:  
I – incentivo ao desporto escolar, ao lazer e às atividades desportivas comunitárias, definindo, através do seu órgão competente, normas disciplinadoras para sua organização e funcionamento;





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM  
PODER LEGISLATIVO  
Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001.  
CEP. 68.030.290 - SANTARÉM-PARÁ

**2ª COMISSÃO PERMANENTE**  
**Finanças, Contas, Constituição, Justiça e Redação**

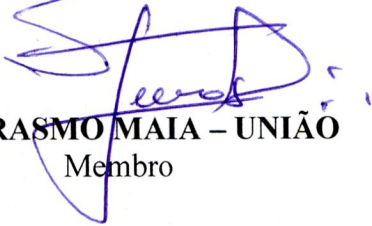
**CONCLUSÃO DA COMISSÃO**

Diante dos fatos, os membros infra-assinados desta **2ª COMISSÃO PERMANENTE** opinam pelo **PROSSEGUIMENTO** da presente proposta, posto atender aos preceitos legais e regimentais.

Sala das Sessões, Plenário do Palácio Tapajós, em 30 de abril de 2025.

  
**Ver. ELIELTON LIRA – PDT**  
Membro/Relator

  
**Ver. ERLON ROCHA – MDB**  
Presidente

  
**Ver. ERASMO MAIA – UNIÃO**  
Membro

  
**Ver. ALAÉRCIO CARDOSO – PSD**  
Membro

  
**Ver. GERLANDE CASTRO – PP**  
Membro